



FUNDAÇÃO
FUNDAÇÃO DIALMA GUIMARÃES

PROJETO FOME ZERO



PROJETO FOME ZERO
POLÍTICA DE
SEGURANÇA ALIMENTAR
PARA O BRASIL



PROJETO FOME ZERO



POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR PARA O BRASIL

O Projeto Fome Zero foi lançado no dia 16 de outubro de 2001, Dia Mundial da Alimentação, como uma iniciativa de domínio público e suprapartidário. Tem como objetivo apresentar uma política nacional participativa de segurança alimentar e combate à fome no país. Sua elaboração envolveu alguns dos principais especialistas no tema, além de movimentos sociais e ONGs, nos diversos seminários e debates realizados ao longo de um ano.

Esta é uma versão popular do Projeto Fome Zero para ser distribuída para entidades da sociedade civil e órgãos públicos locais e suscitar discussões visando sua implementação nos municípios.

A versão completa do Projeto Fome Zero e o documento síntese podem ser consultados ou impressos no site www.icidadania.org.br, ou solicitadas através do email ic.fome@uol.com.br, ou pelo correio - Rua Pouso Alegre, 21 - Ipiranga - São Paulo, SP - Cep: 04261-030 - ou ainda pelo telefone (11) 6915-7022.



Índice

4 Comida é um direito

5 O círculo vicioso da fome

6 Para resolver a fome no Brasil

8 Miséria e fome: realidade que envergonha o Brasil

9 Políticas de Segurança Alimentar para o Brasil

10 Políticas Estruturais

11 Políticas Específicas

14 Políticas Locais

18 Investimentos

19 De onde virão os recursos



Comida é um direito

A comida não deve ser fruto de caridade e nem instrumento de uso político. Deve ser considerada um direito de cada cidadão e cidadã e esse direito básico deve ser garantido pelo Estado, juntamente com a sociedade civil.

O QUE É SEGURANÇA ALIMENTAR?

Todo cidadão deve ter acesso à comida digna, diariamente, em quantidade, qualidade e regularidade suficientes para nutri-lo e manter a saúde. Esse direito é básico da cidadania e deve estar associado à dignidade. Com tanta gente passando fome no Brasil, parece incrível que não se tenha uma política nacional de segurança alimentar.

O que existe são iniciativas municipais, estaduais e da sociedade civil. As poucas ações do governo federal são localizadas e meramente emergenciais, não atacando a raiz do problema.



O CÍRCULO VICIOSO DA FOME

Existe um círculo vicioso da fome, difícil de ser superado apenas com políticas assistenciais de doações de alimentos como, por exemplo, a doação de cestas básicas.

Esse círculo é alimentado pelos problemas estruturais do país — falta de emprego, salários baixos e concentração de renda —, pela falta de políticas agrícolas e pelo aumento dos preços dos alimentos.



Para resolver a fome no Brasil,

↘ é preciso associar o objetivo da política de segurança alimentar com estratégias de desenvolvimento econômico e social que garantam a equidade e inclusão social.

↘ é necessário um novo modelo de desenvolvimento econômico que privilegie o crescimento com distribuição de renda, de modo a recuperar o mercado interno do país com geração de empregos, melhoria dos salários e recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo.

↘ também é indispensável implantar políticas diretas para atender às famílias necessitadas que diariamente sofrem da fome e da pobreza.

ALIMENTAÇÃO MAIS BARATA

- ✓ RESTAURANTES POPULARES
- ✓ CANAIS ALTERNATIVOS DE COMERCIALIZAÇÃO
- ✓ CONVÊNIOS COM SUPERMERCADO/SACOLÃO
- ✓ COOPERATIVAS DE CONSUMO
- ✓ AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

MAIOR OFERTA DE ALIMENTOS BÁSICOS

- ✓ APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR
- ✓ INCENTIVO À PRODUÇÃO PARA AUTO-CONSUMO
- ✓ POLÍTICA AGRÍCOLA
- ✓ COMBATE AO DESPERDÍCIO E PERDA DE ALIMENTOS
- ✓ VENDA DIRETA DO PRODUTOR

Importante: nenhuma dessas políticas

AUMENTO DA RENDA

- ✓ POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA
 - ✓ REFORMA AGRÁRIA
- ✓ PREVIDÊNCIA SOCIAL UNIVERSAL
- ✓ BOLSA-ESCOLA E RENDA MÍNIMA
- ✓ INCENTIVO AO MICROCRÉDITO

SEGURANÇA ALIMENTAR

AÇÕES ESPECÍFICAS

- ✓ CARTÃO DE ALIMENTOS
- ✓ CESTA BÁSICA EMERGENCIAL
 - ✓ MERENDA ESCOLAR
- ✓ ESTOQUES DE SEGURANÇA
- ✓ COMBATE À DESNUTRIÇÃO MATERNO-INFANTIL

aplicada isoladamente vai resolver a questão da fome no Brasil.



Miséria e fome: realidade que envergonha o Brasil.

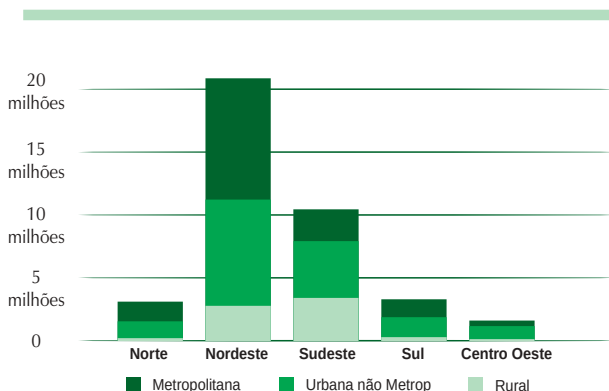
O problema da fome no Brasil não é a falta de produção de alimentos mas a falta de dinheiro para adquiri-los em quantidade permanente e com qualidade adequada.

Estudos indicam que, desde de 1995, aumentou os níveis de pobreza e vulnerabilidade à fome. Isso ocorreu principalmente nas metrópoles e nas áreas mais ricas do país. A causa é o elevado desemprego e os baixos salários.

Assim, embora a pobreza esteja fortemente concentrada no Nordeste (50% dos pobres estão nos Estados que compõem a região), ela tem crescido em quase todas as regiões metropolitanas e ainda mais nos Estados ricos, na Grande São Paulo e Porto Alegre.

Calcula-se que existam no Brasil 44 milhões de pessoas muito pobres, ou 9,3 milhões de famílias, com uma renda mensal de R\$ 180,00. Esse é o público potencial beneficiário das propostas específicas do Projeto Fome Zero. Representa quase um terço da população brasileira.

PESSOAS POBRES NO BRASIL POR ÁREAS DE RESIDÊNCIA



Políticas de Segurança Alimentar para o Brasil

O Projeto Fome Zero propõe que uma Política de Segurança Alimentar para o Brasil deve tomar como base a associação de três grupos de políticas.

1

Políticas estruturais, voltadas para as causas mais profundas da fome e da pobreza.

2

Políticas específicas, que devem atender diretamente a todas famílias que não têm segurança alimentar pois não conseguem comer em qualidade, quantidade e regularidade necessárias.

3

Políticas locais, que podem ser implantadas já, através das prefeituras e da sociedade civil. Nas regiões metropolitanas, nas pequenas e médias cidades e nas áreas rurais.



1 - Políticas estruturais

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA



- Aumento do salário mínimo.
- Formação e incentivo ao primeiro emprego para jovens.

- Programas de requalificação permanente, especialmente para pessoas acima de 40 anos.

- Aumento do volume de crédito do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para investimento em produção nas pequenas empresas.



- Fortalecimento de agências de microcrédito solidárias.
- Recuperar o ensino público fundamental, a educação infantil e a infra-estrutura educacio-



nal nas áreas rurais e urbanas.

- Recuperar a política habitacional.



PREVIDÊNCIA SOCIAL UNIVERSAL



- Reconhecer os direitos previdenciários de todos que trabalham por conta própria, na cidade e no campo.

INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR

- Política de crédito e de seguro agrícola.
- Priorizar a produção interna e local dos alimentos.

- Importar somente no caso de quebras de safra.
- Pesquisa pública e assistência técnica direcionadas.
- Incentivo a cooperativas de produção e comercialização.



- Pagamento de renda ambiental nas áreas de preservação.



REFORMA AGRÁRIA



- Garantir a função social da propriedade.
- Distribuição e ampliação das fontes de renda.
- Incentivo ao auto consumo alimentar.

BOLSA ESCOLA E RENDA MÍNIMA



- Auxílio às famílias pobres com filhos em idade escolar.

2 - Políticas específicas

CARTÃO DE ALIMENTAÇÃO

- Fornecer um crédito que deverá ser utilizados na compra de alimentos ou mediante comprovação posterior via recibos ou notas fiscais.



- Implantar mecanismos de contrapartida para os atendidos pelo Programa Cupom de Alimentação — PCA — em relação à frequência a cursos de alfabetização, requalificação profissional ou prestação de serviços comunitários e frequentem rede de saúde.

CESTAS BÁSICAS EMERGENCIAIS

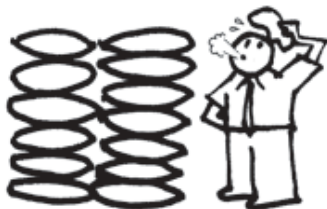


- Por períodos determinados serão beneficiadas as famílias vítimas de calamidades naturais, novos assentados da reforma agrária e regiões muito distantes dos estabelecimentos credenciados nos cupons de alimentos.

Políticas de Segurança Alimentar para o Brasil

Políticas específicas

ESTOQUES DE SEGURANÇA



- Criação de um estoque mínimo de produtos da cesta básica comprados nas próprias regiões de consumo.

SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS



- Controle preventivo e implantação de um sistema de informações e vigi-

lância da segurança dos alimentos.

- Incentivo e divulgação das pesquisas de prevenção de riscos alimentares.
- Exigência de informações nos rótulos de alimentos sobre sua origem e riscos de produtos transgênicos.
- Controlar a entrada no país de alimentos transgênicos.

AMPLIAÇÃO DO PAT



- Incluir os trabalhadores das empresas cadastradas no SIMPLES no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT - , e concessão de benefícios fiscais às pequenas e médias empresas.



COMBATE À DESNUTRIÇÃO MATERNO-INFANTIL



- Acompanhar todas as crianças e mães que freqüentam rede pública de saúde, ampliando o fornecimento de produtos alimentares como leite e nutrientes básicos como ferro e vitaminas para aquelas em risco de desnutrição.

necessidades de uma dieta balanceada, na prevenção de desnutrição e da obesidade.

- Criação da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos Industrializados - NBCAI.

AMPLIAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



- Elevar o teor calórico e nutricional da merenda.

- Estender o atendimento para os irmãos de escolares e para a rede infantil, especialmente nos municípios mais pobres.

- Utilizar produtos regionais na composição da merenda.

- Apoio técnico aos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar.

EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO ALIMENTAR



- Campanhas publicitárias e palestras para educar a população sobre as

3 - Políticas locais

A fome exige a constante mobilização dos governos federal, estadual e municipal, atuando próximo ou em parceria com as mais diversas entidades organizadas.

As prefeituras ocupam um espaço estratégico, fundamental, por estarem mais próximas do problema podendo atuar diretamente.

As prefeituras devem utilizar toda sua estrutura para a promoção de um trabalho conjunto entre órgãos e secretarias municipais (Abastecimento, Agricultura, Educação, Saúde, Assistência Social, além de áreas como a vigilância sanitária). Podem criar secretarias ou departamentos municipais destinados ao abastecimento alimentar.



A primeira providência é conhecer a fundo o problema da fome no município. Para isso deve ser realizado um

Censo Muni-

cipal da Fome e o cadastramento da população com fome ou vulnerável a ela para implantação de políticas específicas adequadas a cada município. Com esses dados, será possível analisar melhor a situação, traçar estratégias, planos e métodos de trabalho.

A seguir, os programas que podem ser utilizados em áreas rurais,

em regiões metropolitanas e em pequenas e médias cidades, levando em conta as necessidades de cada uma dessas áreas.



Regiões metropolitanas

- Criação de restaurantes populares que forneçam refeições a preço de custo.



- Criação do Banco de Alimentos que organizaria a doação de alimentos que seriam desperdiçados, do seu recolhimento até a distribuição a entidades beneficentes e à população carente. O processo deve ser desburocratizado, reduzindo custos.



- Modernizar os equipamentos de abastecimento como varejões, sacolões, comboios e compras comunitária, alternativas viáveis de barateamento da alimentação nas áreas urbanas. Conjuntamente, incentivar a criação de centrais de compra e distribuição nas periferias

das regiões metropolitanas. Elas dariam apoio logístico e comercial à operação dos concessionários e pequenos varejistas que ficariam obrigados a comercializar produtos da cesta básica e outros gêneros alimentícios a preços mais baratos.



- Estabelecer uma nova relação com as redes de supermercados, rompendo a excessiva concentração no varejo e tornando-os verdadeiramente parceiros na política de segurança alimentar. A população de baixa renda utiliza muito essas redes, daí a implantação de programas como o cupom de alimentos podem obter bons resultados, pois ampliam o universo de clientes. As redes também são fundamentais para a comercialização de alimentos regionais e originários dos programas de reforma agrária e agricultura familiar.

Políticas locais

Pequenas e médias cidades



- Criar um Banco de Alimentos semelhante ao das grandes cidades, mas com escala de atuação menor.



- Estabelecer parcerias com grupos de varejistas locais (feirantes, mercearias e pequenos comércios) para instituir sistema de compras em comum, diminuindo o monopólio das grandes redes de supermercados. Dessa forma, é possível controlar os preços e as margens de lucro, o que favorece de maneira acentuada a queda dos preços.

- Incentivar e aproximar produtores e consumidores de uma mesma região. Isso pode ser feito através da organização de campanhas de consumo e distribuição de alimentos produzidos regionalmente. Em paralelo, estimular os comerciantes a vender produtos locais.



- Promover feiras do produtor, sistemas de entrega a domicílio, cursos de formação para criação de hortas nas escolas e cessão de terrenos para plantio de hortas em troca de incentivos no IPTU.



Áreas rurais



- A Prefeitura deve se aproximar dos agricultores familiares e com ações práticas dar toda força a seu crescimento. A primeira medida é priorizar a compra de alimentos dos agricultores familiares para a merenda escolar, hospitais, creches, quartéis, restaurantes populares etc.

- A Prefeitura também precisa oferecer os espaços públicos tradicionais da cidade (feiras e varejões) para venda direta da produção e intermediar os contatos com empresas que se interessam por produtos regionais.



- Direcionar a assistência técnica para melhorar e aumentar a produção familiar.



- Auxiliar os agricultores na obtenção do crédito do PRONAF, especialmente os que tenham menos capital, e apoiar e incentivar a formação



de cooperativas e associações de produção, comercialização e microcrédito.

- Executar obras de infraestrutura como pontes, estradas rurais, açudes e balcões de armazenagem. Essas obras facilitam o transporte, barateiam o preço final, ajudam no escoamento da produção e ainda aumentam a oferta de trabalho.

- Apoio à produção para autoconsumo através da formação de bancos de sementes, insumos, ferramentas e matrizes de pequenos animais.

Investimentos

Somente o programa dos cupons de alimentação custaria aproximadamente de R\$ 20 bilhões se atendessem todas as 9,3 milhões de famílias muito pobres em um só ano. Se implantarmos em quatro anos, o custo médio anual seria da ordem de R\$ 11 bilhões.

Mas na visão do Projeto, o combate à fome não deve ser considerado despesa e sim investimento.

A pergunta deveria ser outra: quanto custa não combater a fome?

O efeito de acabar com a fome, além de trazer à condição cidadã, implicará em benefícios importantes de aumento de consumo e da produção de alimentos, aumento da renda das famílias, maior circulação de mercadorias e maior arrecadação de impostos, diminuição de despesas de saúde e, inclusive, melhoria da segurança.

Nossas simulações mostram que o combate à fome poderia gerar cerca de R\$ 2,5 bilhões por ano de impostos (ICMS e PIS/Cofins) se incorporássemos ao consumo 44 milhões de pessoas muito pobres existentes no país. Além disso, a produção atual de alimentos teria

que aumentar muito. Por exemplo, só a produção de arroz e feijão teria que aumentar mais de 30%, expandindo, assim, a área cultivada em quase 3 milhões de hectares, gerando mais de 400 mil postos de trabalho na agricultura familiar e aumentando o valor atual da produção agrícola em cerca de R\$ 5 bilhões. Por isso, a transformação social como eixo do desenvolvimento permite a retomada do crescimento sem restrição externa, ou seja, podemos voltar a crescer distribuindo renda sem gastar dólares. Isso significa que a pergunta que deveria ser feita não é *“quanto custa fazer?”* mas *“quanto custa não acabar com a fome?”* Fazer a pergunta certa é o melhor caminho para se obter a resposta certa. Não vamos repetir os números de horror sobre os problemas de se conviver com um nível generalizado de fome e pobreza num país como o nosso. Qualquer um pode ver a triste realidade por trás das grades de sua janela, com a sensação crescente de dúvida: as grades são ainda de alguma valia?

De onde virão os recursos

Para a execução da Política de Segurança Alimentar, juntamente com programas das áreas de educação, saúde e regularização fundiária, será criado um orçamento próprio no governo federal, composto de:

Verbas redirecionadas do orçamento para gastos sociais, de aproximadamente R\$ 45 bilhões, que podem ser utilizadas para este fim

Evitar o remanejamento de verbas do gasto social para outros fins, tais como o ajuste fiscal

Recursos advindos do crescimento econômico, da redução dos juros da dívida pública, do combate ao desperdício e à corrupção

Recursos do Fundo de Combate a Pobreza

Verbas geradas de programa de incentivo a doações de empresas e parcerias com a sociedade civil, e de campanhas sociais

PROJETO FOME ZERO



POLÍTICA DE
SEGURANÇA ALIMENTAR
PARA O BRASIL

FUNDAÇÃO
FUNDAÇÃO DJALMA GUIMARÃES



Rua Pouso Alegre, 21 - Ipiranga - São Paulo, SP - Cep: 04261-030
Tel.: (11) 6915-7022 ic.fome@uol.com.br